

BC vai analisar o tabelamento de juro

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, anunciou ontem, em Porto Alegre, que o Banco Central começará a analisar na próxima semana a questão do tabelamento dos juros. O primeiro passo será "examinar quais são as idéias que existem no mercado sobre o que é juro real", pois se trata de um conceito econômico "ainda não consagrado pelo campo jurídico".

O ministério da Fazenda começou ainda ontem a fazer um levantamento dos prejuízos decorrentes da anistia aos devedores do Plano Cruzado, declarou Mailson. Embora considere a medida aprovada pela Constituinte "injusta do ponto de vista social", o ministro afirmou que "o governo não tem o que fazer. O governo vai aplicá-la, tirando recursos do Tesouro que poderiam ser aplicados, por exemplo, em obras sociais". Em relação à política econômica, Mailson disse que poderão ser

adotadas medidas adicionais para a redução de subsídios e incentivos, além de alterações na área fiscal.

Em palestra durante uma reunião-almoço organizada pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, que reuniu cerca de 500 empresários, o ministro ressaltou que embora o governo sempre tenha se posicionado contra o tabelamento de juros, "agora não é hora de criticar", assinalando que "o dever do governo é o de viabilizar essa decisão maior".

Mailson reafirmou que, enquanto o dispositivo não for regulamentado, "não podemos dizer que vai inviabilizar o País, o sistema financeiro, já que uma regulamentação adequada poderá evitar as incertezas". Apesar disso, afirmou o ministro aos jornalistas, o conceito de juro real terá de ser muito bem regulamentado, por ainda não estar consagrado juridicamente.

Vieira prevê adaptação logo

CURITIBA — O presidente do Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, disse ontem, em Curitiba, que os bancos privados vão se adaptar rapidamente ao tabelamento dos juros em 12% ao ano determinado pela Constituinte. "A situação vai ficar muito ruim para o governo, que perderá um instrumento de política monetária e ficará horrível para os bancos oficiais que têm menos agilidade."

"Ninguém trabalha com perdas", lembrou Andrade Vieira. "Surgirão novas formas de cobrança, tarifas, taxas, reciprocidade. Mas o grande perdedor é a economia brasileira, porque ou o investidor tem uma remuneração justa, uma proteção contra as perdas ou não vai mais emprestar dinheiro aos bancos que repassam a quem quer expandir seus negócios."

Em sua palestra de ontem, no seminário "Década de 90 — Um novo modelo de desenvolvimento regional", promovido pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, Andrade Vieira criticou a nova Constituição, que "fez muito pouco para estancar o dinheiro que o governo tira do setor produtivo". E observou: "Se o governo não está fazendo nenhuma obra agora é porque não tem dinheiro e não por uma questão de déficit. Se entrar qualquer dólar vai para uma obra".

Segundo Andrade Vieira, a Constituinte criou no Brasil uma "situação sem cabimento dentro do atual estágio de desenvolvimento do mundo", ao determinar um plebiscito em 1993 para escolher se quer monarquia, parla-

mentarismo ou república. "Agora, há um desafio ao empresariado, que precisa abandonar a postura de alheamento aos problemas do Brasil."

Mesmo preferindo esperar a regulamentação do tabelamento dos juros, antes de fazer previsões, os cerca de cem empresários participantes do encontro do Baderp não escondiam sua irritação com a medida. O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente, disse que "esta Constituinte é um absurdo. Ela é tão ruim que vai durar pouco".



Vieira: ruim para governo

ESTADO DE SÃO PAULO

ful